

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO - FEAACS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DIURNO

"A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA LEITURA SOBRE O
PACTO DE COOPERAÇÃO DO CEARÁ"

KEULER HISSA TEIXEIRA

JAIR DO AMARAL FILHO
ORIENTADOR

FORTALEZA - CEARÁ
JULHO - 2001

KEULER HISSA TEIXEIRA

**"A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA LEITURA SOBRE O
PACTO DE COOPERAÇÃO DO CEARÁ"**

**Monografia submetida à
Coordenação do Curso de
Economia como requisito parcial
para a obtenção do Bacharelado
em Ciências Econômicas.**

Essa monografia foi submetida à análise como parte dos requisitos necessários à obtenção do diploma de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará.

KEULER HISSA TEIXEIRA

Banca Examinadora:

NOTAS

Prof. JAIR DO AMARAL FILHO - Orientador

Prof. ANTÔNIO LUÍS ABREU DANTAS - Membro da Banca

Prof(a). MARIA CRISTINA PEREIRA DE MELO - Membro da Banca

MÉDIA FINAL

Monografia aprovada em 10 / 07 /2001

AGRADECIMENTOS

A idéia de abordar o tema deste trabalho surgiu dentro dos debates ocorridos na disciplina de Teoria de Desenvolvimento Econômico, e ao longo de alguns meses desse ano dediquei - me para o desenvolvimento deste projeto. Portanto, gostaria de fazer alguns agradecimentos para as pessoas que contribuíram na superação das dificuldades encontradas no decorrer desse período.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, professor Jair do Amaral Filho pela sua orientação traduzida através da indicação da bibliografia, dos esclarecimentos das dúvidas surgidas, nas suas opiniões em relação ao tema e ao corpo do trabalho e, ainda, pela sua paciência, contribuindo de forma importante e precisa para o desenvolvimento deste tema tão complexo. Do mesmo modo, meus agradecimentos, para a participação dos professores Antônio Luís Abreu Dantas e Maria Cristina Pereira de Melo que integraram a banca examinadora e contribuíram com sugestões para a melhoria do trabalho.

Agradeço, também aos meus pais e minhas duas irmãs pela a compreensão e incentivo de cada um deles em todos os momentos, principalmente, nos mais difíceis para elaboração do referido trabalho, esta ajuda foi de suma importância para superar as dificuldades encontradas. É importante lembrar a grande participação do meu primo Luciano que me ajudou, bastante, em tudo que foi preciso para a realização do trabalho, além dos meus amigos que me ajudaram de diversas formas para o desenvolvimento do trabalho.

E por fim, a minha admiração e reconhecimento a todos aqueles que participaram, positivamente, na realização deste trabalho, com a certeza de estarem perpetuados em minhas lembranças.

“a riqueza de uma nação está no seu povo, na sua administração e em seu governo, mais do que em seus recursos naturais”.

W. Deming

APRESENTAÇÃO

Para a teoria endogenista, a solução para as disparidades entre os crescimentos de determinadas regiões, mesmo estas possuindo as mesmas disponibilidades dos fatores de produção, seria portanto, analisar os fatores produzidos dentro de suas próprias regiões, como por exemplo, o capital social. Diante disto, a idéia desta teoria seria avaliar a contribuição da sociedade e das relações sociais para alcançar níveis maiores de desenvolvimento.

Nesse sentido, o capital social construído por instituições horizontais de participação cívica e regras de reciprocidade generalizada criariam um ambiente favorável para o surgimento de instituições públicas mais eficazes. Este ambiente nasce porque os cidadãos dessa sociedade, querem um bom governo e exigem instituições públicas mais competentes, estando dispostos a agirem coletivamente para conseguir seus objetivos comuns. E, também, a atuação do governo é beneficiada pela infra estrutura social e pelos valores democráticos, tanto por parte das autoridades, quanto dos cidadãos dessa comunidade. Esta atmosfera favorável proporciona uma gestão macroeconômica mais previsível, facilitando ações coordenadas para obter um desenvolvimento econômico. É importante lembrar que este desenvolvimento ocorre pois é proporcionado por toda um estrutura favorável tanto das instituições públicas quanto da forte integração social.

Sabe - se que as reformas do estado do Ceará e o ajuste fiscal, financeiro, foram, a partir de 1987, importante para atingir níveis de crescimentos acima das taxas do Brasil e Nordeste. No entanto, supõem - se que o capital social possui relevante contribuição para sustentação desses níveis, através do monitoramento e da organização das ações. Atualmente, o capital social se faz presente no Estado do Ceará, principalmente, através do Pacto de Cooperação, onde este movimento vem gerando uma relação estreita de cooperação entre o governo, sociedade civil e instituições privadas, criando, assim, um novo paradigma de desenvolvimento sócio econômico.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	09
 CAPÍTULO 1 - CAPITAL SOCIAL	
1.1. Dilema da Ação Coletiva.....	11
1.2. Capital Social.....	12
1.2.1- Acúmulo de Capital Social.....	14
1.2.2- Fonte de Confiança.....	15
1.2.3- Instituição Vertical <i>versus</i> Instituição Horizontal.....	17
1.3- Capital Social na geração de Desenvolvimento Econômico.....	19
1.3.1 - Os instrumentos de ligações entre o Capital Social e Desenvolvimento Econômico.....	20
 CAPÍTULO 2 - O DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE A PARTIR DE 1987	
2.1- Ruptura de uma política institucional.....	24
2.2- Ajuste fiscal e Reforma do Estado.....	25
2.2.1- Resultados das medidas.....	28
2.3- A importância do Centro Industrial do Ceará (CIC) para gerar uma nova mentalidade das elites dominantes.....	31
 CAPÍTULO 3 - O PACTO DE COOPERAÇÃO DO CEARÁ	
3.1- O surgimento.....	34
3.2- Estrutura Organizacional do Pacto e suas características.....	38

3.2.1- Uma idéia muito simples.....	41
3.2.2- O papel do Pacto na sociedade.....	43
3.3- As dificuldades que o Pacto encontrou para sua viabilização.....	44
3.4- Os resultados do Pacto de Cooperação.....	44
3.5- O Pacto de Cooperação na promoção do Capital Social.....	45
CONCLUSÃO	49

TABELAS

Tabela I- Receitas correntes líquidas, despesas corrente líquidas e poupança bruta em conta corrente (1979-1991).....	26
Tabela II- Taxa de investimento global no setor público(1985-1991).....	28
Tabela III- PIB a custo de fatores do Brasil, Nordeste e Ceará (1985,90,95 e 98).....	29
Tabela IV- Ceará: Participação na arrecadação de ICM/ICMS (1980 - 1997).....	29

DIAGRAMAS

Diagrama I - Capital Social e Desenvolvimento Econômico.....	22
Diagrama II - Nova Gestão Pública e participação do CIC.....	33
Diagrama III - Pacto de Cooperação.....	35
Diagrama IV - Pacto de Cooperação e fonte de Capital Social.....	39
Diagrama V - A finalidade do Pacto de Cooperação.....	42
Diagrama VI - Mudança de Mentalidade para alcançar um Desenvolvimento.....	48

BIBLIOGRAFIA	51
---------------------------	----

INTRODUÇÃO

O Estado do Ceará, conseguiu mudar seu regime de crescimento, obtendo nos últimos anos, variações positivas do PIB, em virtude de uma reforma do Estado, traduzida através dos ajustes das contas públicas estaduais, incremento nos investimentos públicos e privados. Essa ascensão da economia cearense é refletida tanto por fatores históricos de origem econômica, quanto por uma ruptura política institucional, onde esta última foi de grande importância para a economia estadual à medida que contribuiu para implantar no Estado um novo padrão de gestão pública

Essas modificações nas estruturas do Governo Estadual foram capazes de proporcionar um novo regime de crescimento econômico, contudo, por outro lado e de forma intangível, acredita-se que a participação do Capital Social foi importante para sustentação desse crescimento, através da coordenação das decisões dos agentes e no monitoramento das ações públicas.

A idéia central deste trabalho, consiste em mostrar de que forma o capital social contribuiu para o desenvolvimento econômico auxiliando à manutenção das taxas de crescimento do Estado do Ceará a partir de 1987, onde esse Capital vem sendo inserido na cultura do povo cearense, principalmente, através do Pacto de Cooperação do Ceará, pois este movimento rompe com paradigma de ordem do mundo (competição), propondo vivenciar a cooperação.

Neste trabalho, faremos uma descrição mais precisa, no primeiro capítulo, sobre a definição do Capital Social, de que forma ele se acumula, qual a sua contribuição para o desenvolvimento econômico e quais são as conexões entre Capital Social e desenvolvimento econômico.

No segundo capítulo será analisada a história recente do Ceará a partir do rompimento com a classe de políticos tradicionais e ascensão de uma nova elite dominante,

oriunda do Centro Industrial do Ceará -CIC, onde esta instituição possuiu um papel importante para a transformação de uma nova mentalidade dessa nova classe dominante.

E no terceiro e último capítulo, verifica - se que através de idéias inovadoras surgidas no âmago da nova cultura cearense, surge um movimento denominado de Pacto de Cooperação do Ceará. Neste capítulo, será analisado o surgimento, sua finalidade, como funciona e quais os resultados.

A relevância de analisar esse movimento ocorre porque o Pacto de Cooperação vem sendo a principal iniciativa que está mantendo um relacionamento estreito de cooperação entre Estado, setor privado e a sociedade civil, promovendo um processo de inter-relações, confiança e parceria, em que estas características são importantes para o processo de acumulação do Capital Social e para a contribuição ao surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento sócio – econômico do Estado do Ceará.

E, finalmente, serão expostas as conclusões sobre a contribuição para as reflexões referentes à importância da sociedade civil, e nela compreendida as formas regionais de cooperação e participação, para a modernização e o desenvolvimento sócio-econômico do Ceará, com base no capital Social.

PRIMEIRO CAPÍTULO

CAPITAL SOCIAL

Primeiramente, antes de analisarmos a definição e as características do Capital Social, será preciso procurar entender por que indivíduos coerentes, mesmo dispostos a agir de forma coletiva, não conseguem alcançar resultados eficazes.

1.1 - Dilema da Ação Coletiva

A idéia que este dilema procura mostrar é que os indivíduos, mesmo interessados em agir cooperativamente não conseguem gerar resultados coletivamente eficiente. Um dos motivos principais ocorrem porque estes agentes, diante de uma conduta coletiva adotarão sempre uma postura de caráter oportunista¹.

A situação a seguir, dar uma idéia mais clara sobre a postura dos agentes diante de uma ação cooperativa.

“Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas

¹ Ver Putnam (1996) para uma síntese sobre o dilema da ação coletiva, Cap.6.

colheitas por falta de confiança mútua”(Putnam apud Hume, 1996, p.173).

Neste ponto de vista, as ações cooperativas deveriam esbarrar sempre na renúncia de seus membros participantes. Essa conduta oportunista existe, pois há uma ausência de confiança mútua entre os indivíduos envolvidos. Tal atuação coletiva poderia até acontecer, mas não teria sustentabilidade devido à carência de confiança, desta forma não haveria garantia de quem iria abdicar primeiro “*Para houver cooperação é preciso não só confiar no outro, mas também acreditar que goza de confiança*”. (Putnam, 1996, p.174).

A análise que Putnam (1996), faz sobre uma suposta existência de um terceiro agente envolvido, com poderes para punir aqueles que desertarem, demonstra uma ineficiência para a solução dos problemas dos dilemas da ação coletiva, pois para este autor, a saída estaria no espírito cívico, na confiança. Em que as comunidades cooperativas permitiriam aos indivíduos num ambiente, onde existem dilemas coletivos, superarem esses entraves. De acordo com o referido autor, o capital social seria o instrumento para a resolução do dilema da ação coletiva, mesmo havendo existência de um terceiro agente envolvido com força de coerção².

1.2 - Capital Social

A grande indagação que se faz hoje no estudo do desenvolvimento econômico, é porque algumas regiões crescem e outras não? Ainda, que elas disponham das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, tecnologia e mão - de - obra. Para a teoria do desenvolvimento regional endógeno a solução seria procurar encontrar entre estes fatores, aqueles determinados dentro da própria região.

² ver Putnam (1996) para uma análise mais detalhada, Cap. 6.

Portanto, neste sentido, deve - se avaliar a importância da sociedade e das relações sociais na contribuição para alcançar um desenvolvimento. Estes novos fatores de produção, atualmente decisivos, como capital social, capital humano, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, passam a ser vistos, agora, de forma diferente para análise do desenvolvimento das localidades. Por conseguinte, a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los, internamente, reuniria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

A surpresa nestes estudos, foi adotar a influência do capital social como uma variável importante no desenvolvimento econômico. Embora, muito difícil de mensurar, pode - se afirmar que o capital social esteve presente em regiões que obtiveram níveis de crescimento e desenvolvimento maiores do que outras, onde as características do capital social se faziam ausentes.

No presente trabalho, o Capital Social é definido como:

“(...) características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas” (Putnam, 1996, p.177)

Para Monastério (1999), a definição de capital social existe pela sua própria função, ou seja, ele ocorrerá sempre que existir um desenho de organização social que, de maneira espontânea ou não, trará uma maior eficiência do trabalho humano, coordenando as atividades dos agentes com resultados positivos³.

De acordo com Putnam (1996), uma das características mais marcantes do capital social está na sua intangibilidade e fluidez. Para este autor, o capital social facilita a cooperação espontânea, através da confiança mútua que promove uma maior integração das relações sociais.

1.2.1- Acúmulo de Capital Social:

A confiança consegue promover o surgimento de ações cooperativas, como já foi dito antes, em virtude de uma maior integração social de seus agentes que passam a confiar mais uns nos outros. Quanto mais elevado esse nível de confiança numa sociedade, maior a probabilidade de haver cooperação, e vice - versa.

O capital social é diferente dos outros tipo de capital, pois não se deprecia com o tempo, vejamos:

"Ao contrário das máquinas que sofrem de depreciação, a utilização freqüente de uma norma ou de um vínculo de confiança só contribui para o seu fortalecimento e a sua disseminação. A degeneração do capital social vem da sua falta de uso" (Monastério, 1999, p.03).

Não é difícil de ver, que quanto mais duas pessoas confiam entre si, mais forte será seus laços de relacionamento, portanto suas chances de cooperarem serão bem maiores e também pode - se perceber que quanto mais estas pessoas cooperam, maior será a confiança existentes entres elas. Então, a confiança é uma das muitas formas de capital social existentes, no qual a oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir e que se acabam, caso não forem utilizados.

Segundo Sousa Filho (2000b), a participação popular pode se constituir em um importante gerador de capital social, mas para isso é preciso que a gestão de seu processo esteja voltada para esta finalidade e que sua prática seja comum e permanente.

Ainda, para o autor citado acima, as experiências participativas despreocupadas em estimular freqüentemente uma interação social e na busca de decisões conjuntas, pouco pode colaborar para acumulação de capital social e na promoção das ações solidárias. "será

³ Ver Monastério (1999) para uma análise mais detalhada.

na acumulação de capital social que a continuidade do processo será determinado para sua concretização. (Souza Filho, 2000b, p.09)

Então, a acumulação de capital social, só ocorrerá se procurarmos criar instrumentos que promovam uma permanência das práticas participativas, em que a confiança seja capaz de promover a cooperação⁴.

1.2.2 - Fontes de Confiança:

Mas de onde pode surgir esta confiança social, capaz de gerar a cooperação voluntária?

As fontes de confiança social, para Putnam (1996), podem provir de duas formas interligadas: regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Para este autor, a cooperação espontânea é mais simples num grupo que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistema de participação cívica.

Regras de Reciprocidade:

De acordo com Putnam (1996), as regras de reciprocidade caracterizam – se, por serem uma forma na qual um indivíduo tem de controlar a ação de outro indivíduo, pois estas ações desencadeiam “externalidades”, isto é, consequência (positivas ou negativas, voluntárias ou involuntárias) para o primeiro. Estas regras são amparadas por meio de condicionamento e socialização (por exemplo, educação cívica). Para entendermos melhor, o referido autor cita, um exemplo de regras de reciprocidade, " quando há ventos fortes, as folhas do jardim de um indivíduo podem ir parar no jardim do vizinho, contudo não é plausível que o vizinho pague para aquele indivíduo para varrê - las. Porém a regra de manter limpo os gramados é rigorosa na comunidade em que os dois moram e, portanto, seria constrangedora à decisão desse daquele indivíduo em passar a tarde de Sábado vendo

⁴ Ver Sousa Filho (2000 b) para uma abordagem mais detalhada.

televisão. Numa região onde as regras de reciprocidade são intensa, esse transgressor corre o risco de se ver excluído dos eventos comunitários, e raramente alguém deixa de varrer as folhas"⁵.

Diante dessa situação, fica mais claro entender que essas normas conseguem fortalecer a confiança social, na medida que as ações dos indivíduos passam a ser vinculadas na socialização, no relacionamento apoiado na educação cívica, reduzindo desta forma os custos de transação e facilitando a cooperação. Conforme Putnam (1996), a regra de reciprocidade está dividida em duas formas, a balanceada (específica) e generalizada (difusa). A primeira faz referência à troca simultânea de itens de mesmo valor, por exemplo, quando *"colegas trocam seus dias de folga"* (Putnam, 1996, p. 181). A generalizada é mais complexa e refere - se a uma relação de troca contínua, mas que a qualquer ocasião pode proporcionar um desequilíbrio ou ausência de correspondência, mas que supõem expectativas mútuas que um favor prestado hoje será retribuído no futuro⁶. *"a amizade, por exemplo, quase sempre implica reciprocidade generalizada"* (Putnam, 1996, p. 181).

A boa regra da reciprocidade generalizada em geral, para Putnam (1996), está adicionada a um sistema de interação social. Esta intensificação das relações sociais estimula à confiança, fortalecendo as ações cooperativas promovendo uma abstenção do oportunismo.

Sistema de participação cívica:

As associações comunitárias, as sociedades orfeônicas, as cooperativas, os clubes desportivos, associações de assistência mútua, conforme Putnam (1996), representam uma forte integração social. Diante disso, os sistemas de participação cívica são, na verdade, uma forma fundamental de capital social, para o referido autor, quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam aptos à cooperarem em benefício mútuo. *"os valores cívicos favoreceriam o associativismo e esse, por sua vez, criaria um feedback positivo em favor da propagação de*

⁵ ver Putnam (1996) para uma análise mais detalhada, Cap. 6.

⁶ Ver Putnam (1996), para uma análise mais detalhada, Cap.6.

tais valores”. (Monastério, 2000a, p. 03) Ao contrário, a ausência de colaborações cívicas bem sucedida, tornará mais difícil o rompimento das barreiras da desconfiança e do oportunismo.

Como o sistema de participação cívica exerce esse poderoso efeito? Nos estudos de Putnam, o capital social constituído em sistemas de participação cívica será capaz de fazer os cidadãos agirem de forma cooperativa em benefício mútuo. Estes benefícios podem ser notados através das seguintes situações⁷:

- Eles aumentam os custos potenciais para os transgressores;
- eles promovem sólidas regras de reciprocidade;
- eles facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos;
- eles corporificam o êxito alcançado em colaborações anteriores.

1.2.3 - Instituição Vertical *versus* Instituição Horizontal:

As instituições de carácter horizontais, são caracterizadas por não possuírem hierarquias, sem fortes barreiras à entrada, agrupando agentes com o mesmo *status* e poder, reforçando princípios democráticos e favoráveis para o bom desempenho económico. Enquanto, as instituições verticais aglutinam agentes desiguais em relações hierárquicas e de forte dependência.

Para Amaral Filho (2000a), as organizações horizontais são definidas como aquelas instituições que geram as cooperativas, ou seja, os clubes desportivos, associações culturais, nestas organizações não existem hierarquias e nem regras rígidas. Ainda, para o

⁷ ver Putnam (1996) para uma análise mais detalhada, Cap.6.

mesmo autor, a horizontalidade dessas organizações levam a fazer com que haja uma vantagem em relação às verticais, pois as primeiras criam redes de solidariedade que ampliam e desenvolvem relações de reciprocidade generalizada, propiciando a cooperação espontânea e gerando barreiras à ameaça do clientelismo e do oportunismo.

Enquanto, um sistema vertical, segundo Putnam (1996), por mais importante que seja para seus membros, não será capaz de dar sustentação à confiança e a cooperação social, pois os fluxos de informações verticais são menos confiáveis, isto faz com que os agentes adotem uma postura de caráter oportunista.

É interessante ressaltar que essas organizações horizontais devem ter uma integração de seus membros de forma heterogênea, ao invés de promover de maneira homogênea a cooperação de seus participantes, ou seja, neste caso a forma de cooperação ocorre, pois os vínculos interpessoais são “fortes”(como parentesco), isto é, costumam concentrar – se em determinados grupos, enquanto os vínculos “fracos” (como associações secundárias) conseguem sustentar a coesão comunitária e ação coletiva, posto que os vínculos fracos têm mais probabilidade de unir membros de pequenos grupos diferentes, onde, integram os seus participantes de forma heterogênea⁸.

Segundo Putnam (1996), os sistemas horizontais de vínculos fortes, porém isolados, sustentam a cooperação dentro de cada grupo, mas sistemas de participação cívica, que englobam diferentes camadas sociais, conseguem promover uma cooperação mais ampla e diversificada. Para o mesmo autor, essa é também uma das causas pelas quais os sistemas de participação cívica são componentes tão importantes do estoque de capital social de uma comunidade.

Os sistemas horizontais de participação cívica ajudam aos participantes a solucionarem os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for à estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral.

⁸ Ver Putnam (1996), para uma síntese mais detalhada, Cap.6.

1.3- O Capital Social na geração de Desenvolvimento Econômico

Existem interpretações contrárias sobre os benefícios do Capital Social, tentando fornecer uma explicação para a lógica da ação coletiva, afirmando que os pequenos grupos não têm nenhum interesse em atuar de forma coletiva para alcançar um objetivo comum e têm todos os pretextos para engajar – se em atividades especulativas e ineficientes⁹.

Conforme Putnam (1996), as normas e os sistemas de participação cívica promovem o desenvolvimento econômico em vez de inibi – lo. Para o referido autor, existe uma forte conexão entre instituições cívicas e instituições públicas eficazes. Foi partindo destes pressupostos que Putnam estudou os diversos aspectos que condicionam as diferenças regionais encontradas entre o Norte e Sul da Itália.

Com interesse em legitimar a relevância do civismo e das relações sociais no processo de desenvolvimento sócio - econômico, Putnam, analisa a evolução de duas regiões italianas: Emili-romagna, ao norte, e Calábria, ao sul. Tanto Emili-romagna como Calábria, nos primeiros anos deste século, tinham aspectos de desenvolvimento muito parecidos. Posteriormente, criou – se uma desigualdade, bastante, acentuada entre estas regiões, tornando – se a primeira região de grande participação política e solidariedade social, em uma das mais prósperas regiões da Europa; enquanto a segunda, possui, ainda características feudais, fragmentada e isolada, sendo considerada uma das regiões mais atrasada da Itália¹⁰.

Diante desse estudo, Putnam, pôde comparar que existe uma afinidade entre o civismo, e o desenvolvimento sócio-econômico nas duas regiões, na década de 1900 e de 1970, onde as tradições cívicas e a capacidade de organização social mostraram – se um forte determinante das disparidades de desenvolvimento sócio-econômico encontradas atualmente entre as duas regiões.

⁹ Ver Putnam (1996) para uma abordagem mais detalhada.

¹⁰ Ibidem.

Nesse sentido, a tradição cívica é um forte determinante para promover e mostrar um desenvolvimento, pois para o autor acima:

“(...) quando tomamos por base as tradições cívicas e o desenvolvimento sócio – econômico registrado no passado para prever o atual desenvolvimento econômico, constatamos que o civismo é na verdade melhor prognosticador do desenvolvimento sócio – econômico do que o próprio o desenvolvimento” (Putnam,1996,p.166).

Então, pode - se afirmar que numa região, a atuação do governo e da economia é beneficiado pela existência de um determinado estoque de capital social, corporificado em sistemas horizontais de participação cívica.

1.3.1- Os instrumentos de ligação entre Capital Social e Desenvolvimento Econômico

Como e onde analisar a participação do capital social e sua influência no desenvolvimento econômico? Ao falarmos de capital social e desenvolvimento econômico imagina - se, logo, em vê - lo como um fator adicional na função de produção, juntamente com os outros fatores, pois, conforme Monastério (2000a), esse capital é produtivo e proporciona fluxos de rentabilidade aos indivíduos e sociedades que o possuem, na medida que contribui para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

De acordo com o referido autor, alguns estudos cogitam à idéia da inclusão do capital social diretamente na função de produção como um fator. Então, conforme estes estudos¹¹, ter-se-ia a função abaixo com os fatores de produção capital físico (K), trabalho (L), capital humano (H) e o capital social (Q):

$$Y=F(K, L, H, Q) \text{ onde } \partial Y/\partial Q > 0 \text{ e } \partial^2 Y/\partial Q^2 < 0$$

¹¹ Ver Monastério (2000a) sobre uma análise mais detalhada.

O capital social, segundo Monastério (2000a), favorece tanto as empresas quanto os governos e conseqüentemente a sociedade em geral, onde um segmento está interligado ao outro. Em relação as empresas, através de inovações tecnológicas, no sentido da confiança, neste caso, a cooperação entre empresas também soluciona os problemas de coordenação da pesquisa e desenvolvimento de produtos e projetos. Então, para o autor acima citado, a concorrência entre as firmas traria os benefícios já conhecidos, enquanto, a cooperação estenderia a capacidade inovadora da região¹².

Na esfera governamental, o capital social estar relacionado com a qualidade das instituições públicas, ou seja, o capital social, ao melhorar a qualidade das ações do governo como um todo, tende a desenvolver também a qualidade das escolas públicas, tornando mais eficiente o processo educacional e contribuindo para o desenvolvimento de capital humano¹³.

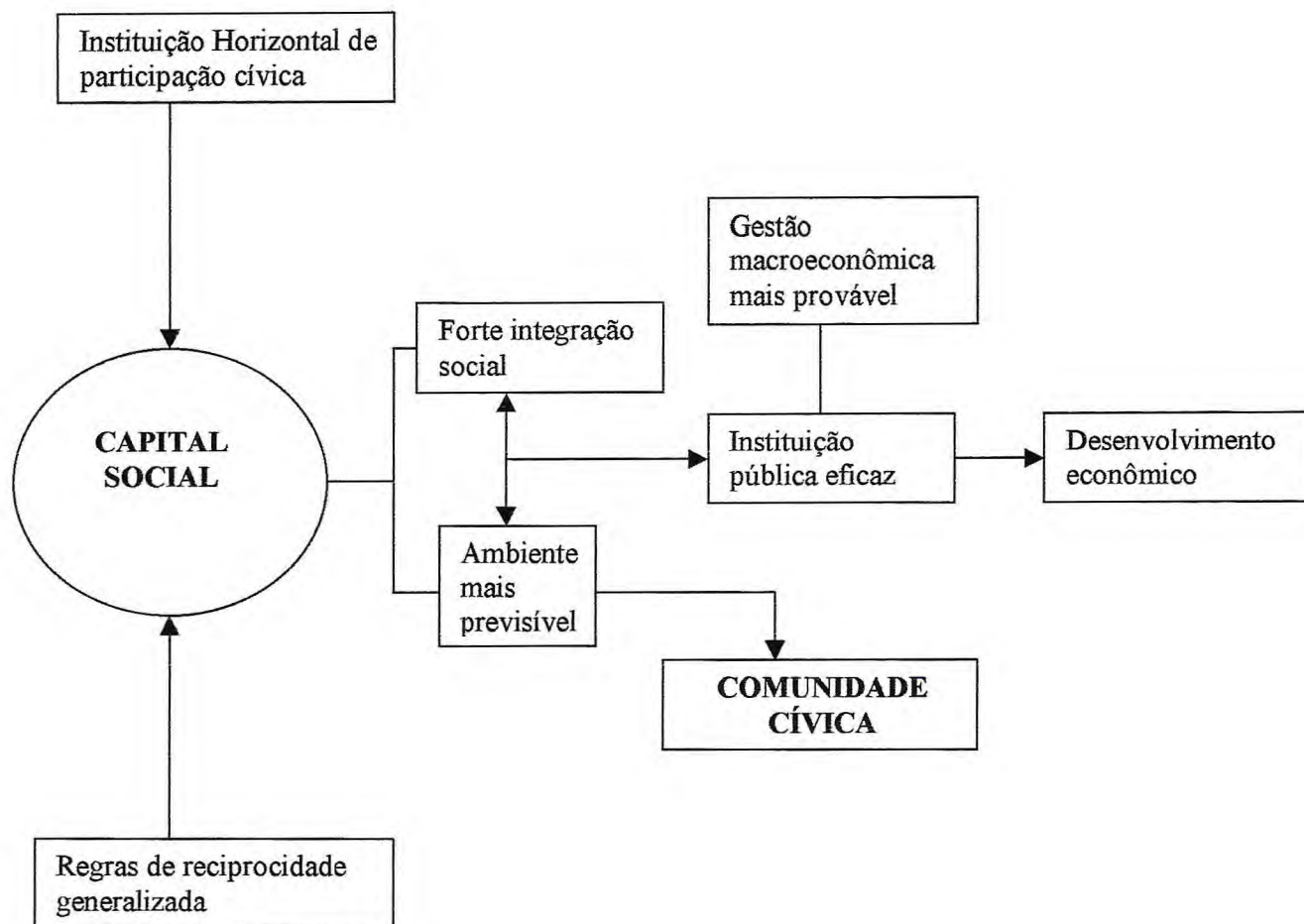
A confiança generalizada nas sociedades, inclusive quanto ao governo, torna mais aceitável à gestão macroeconômica, pois cria um atmosfera mais favorável, portanto, gerando instituições públicas mais eficazes. Putnam (1996), atribui uma afinidade direta dos valores cívicos de uma sociedade e a qualidade de seu governo.

Para Monastério (2000a), o organismo subjacente que garante tal afinidade entre participação cívica e bom governo é o seguinte: "os cidadãos das sociedades cívicas demandam uma boa atuação do governo e estão dispostos a atuarem de forma coletiva para conseguir os seus objetivos comuns. E por outro lado, este bom governo é favorecido pela intensificação do tecido social destas comunidades cívicas e pelos valores democráticos tanto das autoridades quanto dos seus cidadãos, criando uma clima favorável para o desenvolvimento".

¹² Ver Monastério (2000a) para uma abordagem mais detalhada.

¹³ Ibidem.

DIAGRAMA I - Capital Social e Desenvolvimento Econômico



No diagrama I, nota - se que as regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social, promovendo um acúmulo de capital social, reduzindo, com isso os incentivos a transgredir, diminuindo a incerteza e fornecendo modelos para a cooperação futura. O estoque de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser acumulativos e a reforçar – se mutuamente. Estas comunidades cívicas, através da forte integração social criam toda uma ambiência propícia para gerarem instituições públicas mais eficientes e, com isso, facilitar o desenvolvimento econômico.

Para Putnam (1996) os fatores sócios – culturais representam papel decisivo na elucidação das diferenças regionais. Apesar disto, qualquer interpretação baseada somente em um único fator, certamente, estará equivocada. As tradições cívicas, o capital social e práticas colaborativas, por si só, não estimulam o avanço econômico. Elas, contudo, são apoio para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura.

SEGUNDO CAPÍTULO

DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE A PARTIR DE 1987

2.1- Ruptura de uma política institucional

Neste capítulo, procuraremos mostrar de que forma ocorreu a implantação de um novo padrão de gestão pública do Estado Ceará, na qual esta nova forma de gestão conseguiu modificar o regime de crescimento cearense. Para tanto, se faz necessário analisar o processo histórico com intuito de avaliarmos as características das gestões políticas que antecederam o período compreendido até 1986 e compará-las às gestões posteriores.

Há uma grande disparidade entre a economia cearense nesses momentos distintos da trajetória política. Para Amaral Filho (2000b), no período considerado pré 1987, o Estado encontrava - se, nesta época, com uma déficit público elevado e gastos excessivos com a folha de pagamento, além de suas contas públicas debilitadas¹⁴, sendo conduzido desta forma por políticos que adotavam políticas públicas clientelistas e patriarcais. Portanto, havia nesse período uma economia local desarticulada, isto fazia com que o governo perdesse a confiabilidade junto à comunidade financeira nacional e internacional.

Ainda, para o referido autor, assume o poder, a partir de 1987, uma nova elite dominante, oriunda do Centro Industrial do Ceará - CIC, que tinha interesse de por em prática uma nova filosofia de política pública. Este novo grupo político que chegara ao comando do Estado foi denominado de “jovens empresários”¹⁵. Diante dessa nova situação o governo do

¹⁴ Ver Amaral Filho (2000 b), para uma abordagem mais detalhada.

¹⁵ De 1978 a 1986, cinco “jovens empresários” se sucederam na presidência do CIC: Beni Veras (1978 – 1980) do setor têxtil - confecções, Amarílio Macêdo (1980 – 1981) do setor de produtos alimentares, Tasso Jereissati (1982-1983) dos setores imobiliários, comércio e indústria alimentar, Sérgio Machado do setor têxtil - confecções, Francisco de Assis Machado Neto do setor de construção civil e Fernando Cirino Gurgel.

Ceará conseguiu modificar a situação construída nas gestões anteriores. A situação, agora, transformou – se passando a ser mantida por um ajuste e organização do setor público, e uma dinamização da economia local. Com isso, o governo diminuiu o déficit público por meio de contenção dos gastos com pessoal, organizando o sistema de administração, além de acelerar o crescimento da economia local¹⁶.

Através da comparação desses momentos distintos da política cearense, pode - se observar, portanto, que houve uma interrupção dessa trajetória política, ocasionada por uma introdução de um novo padrão de gestão pública do estado. Este novo modelo de gestão foi traduzido por um ajustamento fiscal, financeiro, administrativo e estrutural (infra-estrutura).

A importância desse novo padrão político, segundo Amaral Filho (2000a), provocou uma transformação na cultura política, antes baseada em influências tradicionais de caráter patriarcais e patrimonialistas, transformando - se para ações de caráter racional e burocrático, tal passagem interrompeu um paradigma de gestão estadual conhecida por “governo dos coronéis”¹⁷. Esta quebra não aconteceu somente no âmbito das políticas públicas, mas também com relação ao arcabouço do aparelho social, ainda para o autor, tal paradigma atuava em cima de uma esquema conhecido como “acordo dos coronéis”, no qual cada um desses militares, protegiam - se entre si, isto é, independentemente, de quem assumisse o governo, os outros nomes seriam recomendados para ocuparem os cargos de confiança ou a serem nomeados sem concurso para novos cargos permanentes no governo estadual¹⁸.

2.2- Ajuste fiscal e reforma do Estado

Como foi dito antes, o novo governo rompeu com tradições políticas passadas, agora a condução das novas políticas passam a ser direcionadas para uma mudança institucional e administrativa, baseadas num modelo de reformas do Estado e ajustamento estrutural. Conforme Amaral Filho (2000a), estes ajustamentos foram voltados com alvo de

¹⁶ Ver Amaral Filho (2000 b), para uma abordagem mais detalhada.

¹⁷ O ciclo chamado de “governo dos coronéis” começou no período de 1963 – 66, com Virgílio Távora, eleito por voto direto em 1962. A partir dos governos militares, passaram a ser indicados os governadores: Plácido Castelo (advogado, para gestão 1967 – 71), César Cals (coronel da reserva do Exército para 1971 – 75), Adauto Bezerra (coronel da reserva do Exército, para 1975 – 79) e Virgílio Távora, (também coronel, para 1979 – 83).

¹⁸ Ver Amaral Filho (2000 a), para uma abordagem mais detalhada.

reduzir o coeficiente entre a relação da dívida pública e o PIB do Ceará e também na diminuição do coeficiente da relação entre o serviço da dívida e PIB cearense.

Ainda, para o autor acima, essa redução do coeficiente ocorreria por meio de uma diminuição e racionalização das despesas correntes do governo, através de cortes dos gastos com folha de pagamento. Podemos analisar as decorrência destas medidas de forma mais precisa através da Tabela I.

TABELA I
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS, DESPESAS CORRENTES LÍQUIDAS E
POUPANÇA BRUTA EM CONT CORRENTE, 1979 – 1991.
Em milhões constantes

PERÍODO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
(1) – Receitas Correntes Líquidas	112.277	128.369	156.784	175.389	158.894	161.988	212.634
(2) – Despesas Correntes	143.623	184.499	184.360	238.116	223.821	180.178	286.214
(3) – Transferência a Município	19.466	22.422	3.048	24.535	22.584	24.316	27.977
(4) – Encargos da Dívida Interna e Externa	4.546	11.741	20.637	32.486	36.979	12.506	41.617
(5) – Despesas Correntes Líquidas (2)-(3)-(4)	119.611	134.336	160.675	181.095	164.258	143.356	216.600
(6) – Poupança Bruta Corrente % ((5/2)-1) x 100	-6,53	-4,65	-2,48	-3,25	-3,38	+11,50	-1,87
PERÍODO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	
(1) – Receitas Correntes Líquidas	279.783	262.412	374.604	322.228	402.396	383.922	
(2) – Despesas Correntes	354.414	538.355	303.932	331.281	342.600	306.616	
(3) – Transferência a Município	38.413	34.690	28.703	44.004	56.778	57.143	
(4) – Encargos da Dívida Interna e Externa	48.784	204.717	23.774	23.698	59.807	26.074	
(5) – Despesas Correntes Líquidas (2)-(3)-(4)	267.217	298.948	251.455	263.579	226.015	223.399	
(6) – Poupança Bruta Corrente % ((5/2)-1) x 100	+4,49	-13,92	+32,87	+18,20	+43,83	+41,66	

Fonte: BOTELHO (1994)

É importante ressaltar que as políticas não estavam apenas voltadas para diminuição do gastos, mas também para um aumento das receitas. Para Amaral Filho (2000 b), o aumento das receitas também estavam relacionados com políticas direcionadas para promover uma maior eficiência do setor público, através de um melhoramento e

modernização no gerenciamento das instituições públicas. Um bom exemplo, a ser citado em relação estas medidas, pode - se mostrar através do caso ocorrido naquela época com a "Secretaria da Fazenda, onde o governo introduziu algumas inovações importantes como a informatização, a reestruturação organizacional e funcional, a formação e qualificação de funcionários". Verifica - se, portanto, a ruptura do sistema institucional do Estado nesse período, implantando um novo padrão, mais ético e eficiente comparado ao período anterior¹⁹.

Para Amaral Filho (2000a), merece evidência a atitude do governo em relação à formação de seus funcionários, rompendo com a tradição de aproveitar os políticos derrotados no preenchimento dos cargos. Passa a ser preservado apenas aqueles aprovados em concurso público²⁰. Nesse aspecto, tentou - se promover uma nitidez das ações do setor público procurando torná - lo mais competente.

Segundo Amaral Filho (2000 a), a principal ação do governo que reflete a nova mentalidade defendida pelo grupo dos jovens empresários aconteceu através da reforma administrativa que demonstra realmente as idéias políticas institucionais.

Ainda, para o autor citado acima, tais políticas adotadas conseguiram balancear as contas públicas do governo, promovendo uma maior capacidade de investir (em virtude de uma geração de poupança) e atração de investimentos. Para Botelho (1994) um dos benefícios produzidos pelo ajuste fiscal e pela recuperação da credibilidade foi a atração de parcerias na realização de novos projetos²¹.

Então, entende - se que a política de contenção de gastos e de aumento das receitas e da contribuição da reforma administrativa, que tornou as medidas mais concretas, permitiu por conseqüência, um maior fluxo de investimento em infra - estrutura. Para entender a conduta da poupança pública estadual e dos investimentos públicos estaduais, de maneira confrontada com momento precedente a 1987, sugere - se ver as tabelas I e II.

¹⁹ Ver Botelho, Ajuste fiscal e reforma do estado: o caso do Ceará 1987 a 1991, (1994).

²⁰ Ver Amaral Filho (2000a) para uma análise mais detalhada.

²¹ Ver Botelho, Ajuste fiscal e reforma do estado: o caso do Ceará 1987 a 1991, (1994).

TABELA II
ESTADO DO CEARÁ:
TAXA DE INVESTIMENTO GLOBAL DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL, 1985 – 1991
Em milhões constante

	1985		1986		1987		1988		1989		1990		1991	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
Investimento Administração Direta	9.761	0,4	24.604	0,9	13.773	0,5	94.199	3,2	27.444	0,9	55.256	1,8	67.459	2,1
Investimento Administração Indireta	29.236	1,1	66.237	2,4	3.192	0,1	22.639	0,8	35.485	1,1	41.684	1,4	54.917	1,7
Investimento Totais	38.997	1,4	90.841	3,3	16.965	0,6	116.838	4,1	62.929	2,1	96.940	3,1	122.376	3,8

Fonte: BOTELHO (1994)

Conforme avalia Botelho (1994), o processo de ampliação da receita e redução de despesa de custeio, implicou na recuperação da capacidade de investir “*com o ajuste fiscal realizado, o governo do estado não apenas passou a gerar superávits crescentes – à exceção do ano 1989 – mas a formar fluxos de poupança em conta corrente, como menor vulnerabilidade face às transferências de capital da União e ao endividamento público*”. (Botelho, 1994, p.182)

2.2.1- Resultados das Medidas

Influenciados pela nova forma de atuação do governo, através de medidas direcionadas no sentido de promover uma novo comportamento de gestão pública, notamos uma modificação no regime de crescimento econômico, com as taxas acumulada do PIB cearense de 56,25% contra uma taxa do Nordeste de 41,1% e uma taxa brasileira de 36,2% no período de 1985 – 1988, ver Tabela III.

TABELA III
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) A CUSTO DE FATORES DO BRASIL, NORDESTE E
CEARÁ, 1985, 1990, 1995 E 1998

	PRODUTO INTERNO BRUTO A				VARIACÃO (%)			
	CUSTO DE FATORES (R\$ milhões)				ACUMULADA		MÉDIA ANUAL	
	1985	1990	1995	1998	1985/98	1990/98	1985/98	1990/98
1. Brasil	662.018	726.734	845.230	901.872	+36,23	+24,09	+2,40	+1,59
2. Nordeste	102.671	114.264	129.618	144.900	+41,13	+26,81	+2,68	+1,84
3. Ceará	13.317	15.691	18.720	20.808	+56,25	+32,61	+3,49	+2,19
Participação %								
(3)/(2)	12,97	13,73	14,42	14,36	+10,72	+4,59	—	—
(3)/(1)	2,01	2,16	2,21	2,30	+14,42	+6,48	—	—

Fonte: AMARAL FILHO (2000)

Para Botelho (1994) as contas públicas regulamentadas, geraram políticas de atração ao investimento nacional e internacional, expandindo o índice de participação relativa do Ceará no PIB do Brasil, de 2,01% em 1985 para 2,30% em 1998, e também houve crescimento da arrecadação do ICMS do Ceará. Esta participação era, de 1,48% em 1986 e 1,49% em 1987, passando para 1,9% em 1994 e 2,1% em 1997, ver Tabela IV.

TABELA IV
CEARÁ: PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO NACIONAL DE ICM/ICMS 1980 - 1997

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)	ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
1980	1.31	1989	1.54
1981	1.32	1990	1.73
1982	1.42	1991	1.88
1983	1.44	1992	1.80
1984	1.50	1993	1.90
1985	1.45	1994	2.00
1986	1.48	1995	2.00
1987	1.49	1996	2.10
1988	1.51	1997	2.10

Fonte: AMARAL FILHO (2000)

No entanto os fatores exógenos, de acordo com Amaral Filho (2000 b), não colaboraram para o atuação favorável da economia cearense, pois havia neste período uma profunda crise fiscal da União, com elevadas taxas de juros e de inflação, além da estagnação da economia. Podemos dizer, que os investimentos injetados na economia cearense após implantação da reforma do Estado, tinha origem muito distinta daqueles recursos destinado ao Estado nas gestões anteriores, estes últimos de cunho mais assistencialista do que propriamente um investimento.

Portanto, para o referido autor, após a reforma do Estado, do ajuste fiscal e financeiro, o governo estadual recupera sua credibilidade junto ao mercado financeiro nacional e internacional, desta forma a maior parte dos investimentos auferidos passam ser em função da política de incentivos fiscais, financeiros do próprio Estado²².

Apesar deste crescimento econômico do Estado, um grande problema, ainda, perdura no Estado do Ceará, isto é, os indicadores sociais gerais do Estado não caminharam na mesma dimensão e no mesmo ritmo deste crescimento, conforme Amaral Filho (2000 a), o Estado possui um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano - IDH, e uma elevada concentração de renda.

Para resolver estas desigualdades é preciso que haja um crescimento distribuído, não apenas em determinados setores, mas sim de maneira integrada, includente e sustentável. Segundo o autor citado acima, a agricultura vem sendo um dos principais responsáveis pela pobreza no Ceará, possuindo uma rendimento muito baixo, em virtude de um solo agrícola pobre, com baixa produtividade e, principalmente, com uma população carente de escolaridade e produzindo apenas para seu sustento.

²² Ver Amaral Filho (2000 b), para uma abordagem mais detalhada.

2.3- A importância do Centro Industrial do Ceará - CIC para uma nova mentalidade das elites dominantes

A implantação da reforma do Estado foi responsável, com já sabemos, pelas mudanças nas taxas de crescimento econômico, rompendo com a velha cultura política que imperava no Estado, inserida pelas oligarquias dos coronéis. Mas de onde nasceu tal transformação dessa mentalidade política?

Diante deste questionamento, Amaral Filho (2000 a), afirma que as articulações e a montagem do diagrama político, nasce dentro do Centro Industrial do Ceará (CIC)²³ quando o novo grupo político assume a direção da referida entidade²⁴. Cria - se, portanto, um novo ambiente dentro dessa instituição, para o mencionado autor, o CIC passa, agora, atuar de forma bem diferente, preocupando - se não apenas com os assuntos de política econômica, principalmente, em defesa do setor industrial, mas gera um nova atmosfera, inserindo novas idéias políticas, movimentando - se pela abertura da conversa entre o governo e a sociedade.

Ainda, para o mesmo autor, o CIC, diante de sua nova atuação voltou - se para combater relação promíscua entre empresários e Estado, às elites tradicionais locais de onde resultava no clientelismo político local, a desorganização fiscal e financeira. Esta ação direcionou - se tanto na busca da sintonia com as idéias atualizada, como também buscaram tornar o CIC num grande fórum de debates e reflexões sobre as dificuldades políticas e sócio - econômica²⁵.

Isso fez com que permitisse a constituição de um projeto voltado tanto para melhorar o setor público local, mas também que refletissem sobre o crescimento econômico, a questão social, ou seja, ativar a economia local. Conforme Amaral Filho (2000) para alcançar estes resultados foi preciso ir de encontro com o clientelismo e o paternalismo político. Desta maneira percebe - se que este novo modelo de gestão não aconteceu apenas no âmbito das

²³ Centro Industrial do Ceará (CIC) é a mais antiga entidade industrial do estado, fundado em 1919, muito antes da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), criada em 1950.

²⁴ Ver Amaral Filho(2000 a)

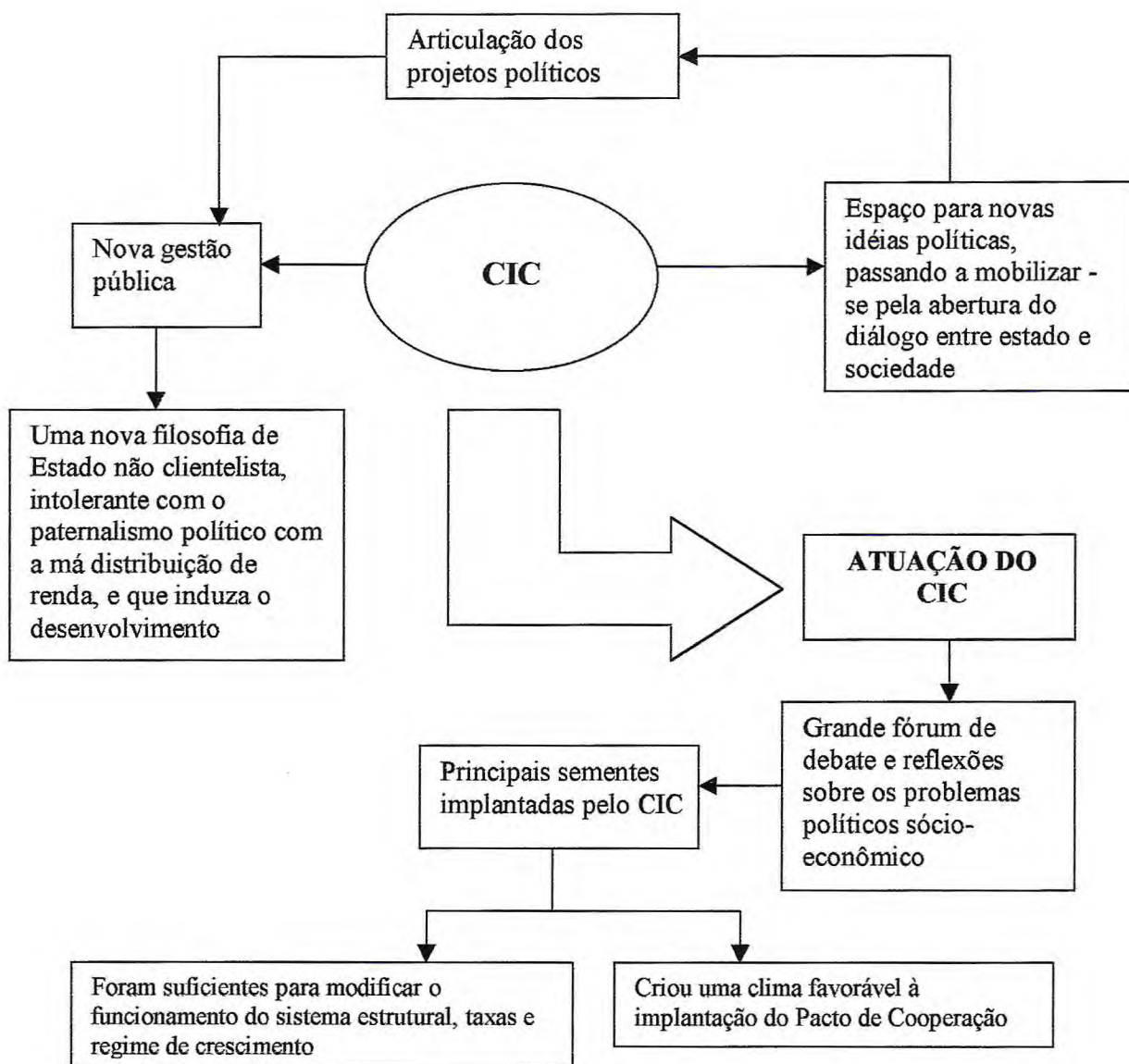
²⁵ Ibidem.

políticas institucionais, mas também, com relação à profundas transformações na cultura política do Estado.

Então, ao proporcionar o surgimento de uma nova mentalidade o CIC mudou as estruturas e inovações ocorridas em nível do Estado, conseguindo desta forma redirecionar a taxa e regime de crescimento da economia cearense. Diante dessa situação de mudança de mentalidade, Amaral Filho (2000a), caracteriza essa transformação na economia cearense como crescimento endógeno, na medida que essas alterações do ritmo de crescimento ocorreram em virtude das ações dos atores locais, cabendo ao governo do Estado proporcionar as condições favoráveis para que todas instituições possam agir de forma mais eficaz.

Essa nova elite dominante do Estado do Ceará, detentora de uma mentalidade mais aberta, inserida pelo CIC, foi um dos principais fatores que mais colaboraram para a construção de um clima favorável à implantação do Pacto de Cooperação do Ceará.

DIAGRAMA II - Nova Gestão Pública e participação do CIC



TERCEIRO CAPÍTULO

O PACTO DE COOPERAÇÃO DO CEARÁ

Conforme foi analisado no segundo capítulo, pode - se afirmar que a ruptura político - institucional, mediante à implantação de uma nova forma de gestão pública, surgida no Centro Industrial do Ceará - CIC e baseada numa forte intolerância com o clientelismo, paternalismo político e defensora de uma maior abertura do diálogo entre o Estado e a sociedade, criou uma ambiência favorável para construir e promover no Ceará um novo paradigma de desenvolvimento sócio - econômico, traduzido pelo Pacto de Cooperação do Ceará.

3.1- O surgimento do Pacto de Cooperação

Por muito tempo, os diagnósticos sobre o crescimento econômico dependiam apenas de uma análise em torno das disponibilidades dos fatores de produção como terra, capital e trabalho que integravam a função de produção convencional. Atualmente, surgem questionamentos sobre a composição dessa função de produção, procurando explicar que a abundância desses recursos não são os únicos agentes responsáveis pela prosperidade de uma nação²⁶.

Para Rebouças et al (1994), a idéia central dessas críticas, procura mostrar que além de examinar as disponibilidades dos fatores de produção convencionais deveríamos, também, verificar o comportamento ético, a parceria e gestões eficazes. Estes novos fatores de produção que contribuem para o desenvolvimento, mistura - se, também, na busca de uma forma superior de organização social, ou seja, passa a levar em consideração a influência da

²⁶ Ver Rebouças et al (1994), para uma análise mais detalhada, Introdução.

sociedade e suas relações sociais para o desenvolvimento econômico. Portanto, desta forma, seria preciso romper com o paternalismo, imediatismo, e fortalecer o tecido social por meio de uma maior participação dos seus agentes. Nota - se que estes novos conceitos são princípios fundamentais da concepção de Capital Social, visto no primeiro capítulo.

Ainda, conforme referido autor, diante de tal situação e em sintonia com o novo panorama mundial, onde as resoluções dos problemas da sociedade não deveriam ser único e, exclusivamente, de responsabilidade do Estado, surge um movimento diferente, com idéias inovadoras e diretrizes direcionadas a reestruturar à economia cearense. Neste contexto, baseado nessa nova forma de solucionar os problemas da sociedade, nasce, portanto, em outubro de 1991, o Pacto de Cooperação do Ceará.

DIAGRAMA III - Pacto de Cooperação do Ceará



De acordo com Rebouças et al (1994), inicialmente, o Pacto de Cooperação, ocorreu entre empresários e governo, mas logo, foi alargando seu espectro de parceria buscando “(...) *engajar parcelas cada vez mais significativas da sociedade, no processo de constituição de um Ceará moderno*”(Rebouças et al, 1994, p.02), atualmente, participam dentro dele, os mais variados segmentos da sociedade cearense, estimulando o relacionamento entre as seguintes formas de organização: as empresariais (empresários e trabalhadores), os poderes públicos (executivo, legislativo e judiciários federal, estadual e municipal), os centros de ensino e pesquisa (escolas, universidades, institutos, fundações), as entidades comunitárias (associações, ONG, sindicatos e movimentos sociais) e organismos/agências nacionais e internacionais, buscando com isso uma forma superior de organização social²⁷.

As diretrizes fundamentais do Pacto de Cooperação, segundo o referido autor, são composta da seguinte forma:

A primeira delas está voltada para **MISSÃO** do pacto que tem como finalidade em catalisar energias de pessoas, equipes em movimentos e organizações que se sintam motivadas em atuar em benefício de um desenvolvimento includente, integrado e sustentável do Ceará, tanto na esfera econômica, social, como, também, política, cultural e ambiental. A segunda diretriz são as **CRENÇAS**, isto é, o pacto acredita que a ação da sociedade é um forte determinante para o desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento requer um estágio superior de organização, em que o interesse comum une diferentes agentes.

A próxima diretriz se diz respeito sobre os **VALORES**, esta diretriz tenta mostrar que para haver uma consistência social na busca de uma organização superior que determine um desenvolvimento, será preciso estimular dentro dos cidadãos, valores como a responsabilidade social, uma participação cidadã, respeitando às diferenças de cada um, baseado num comportamento ético, postura crítica e transparente. Logo em seguida, vem os **CRITÉRIOS PARA AÇÕES DE CATÁLISE** que tenta promover no seio da cultura cearense uma visão sistêmica e de longo prazo, sustentada numa ação de complementaridade e cooperação.

E por fim à **VISÃO DE FUTURO PARA O CEARÁ NO ANO DE 2020** que pretende fazer com que seus cidadãos sintam - se orgulhosos de seu estado, vivendo com decência em uma sociedade em que exista solidariedade e pluralismo entre seus membros, havendo justiça social através igualdade de oportunidades, possibilitando boa qualidade de vida a todos, com resultados compartilhados, cuidando permanentemente do desenvolvimento incluyente, integrado e sustentável, sustentado pela educação, cidadania de seu povo.

Segundo Paiva & Monteiro (2000), esta idéia de desenvolvimento incluyente, integrado e sustentável do Ceará, ocorre da seguinte maneira: desenvolvimento incluyente é aquele que atende um tipo de desenvolvimento capaz de oferecer oportunidades de boa qualidade de vida para todos, integrado é considerado aquele que chegue a todas as regiões e setores do estado, fazendo uso de suas complementaridades, e o sustentável é o que beneficia as gerações atuais e prepara as condições necessárias ao bem - estar das futuras.

Ainda, para os autores citados acima, o pacto inicialmente, era restrito a capital do Estado, hoje faz parte dele uma organização integrada e interiorizado compondo no total de seis Pactos Regionais compostos pelas regiões de Cariri, Zona Norte, Centro Sul, Sertão Central, Serra da Ibiapaba e Maciço de Baturité, mais seis Fóruns Setoriais que integram os setores Imobiliário, Comércio, Agropecuário, Automotivo, Moda e Turismo e além de doze Fóruns Temáticos abrangendo temas importantes como Educação, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia, Ressocialização de Presidiários e Apoio aos Vitimados, 4ª. Idade, Dependência de Químicos, Pelas Pessoas com Necessidade Especiais, Educação Profissional da Música Plural Brasileira, Organizações Sociais e Mercados de Financiamentos²⁸.

Amaral Filho (2000a), explica que todas essas instâncias do pacto não possuem formalidades, são independente e auto - sustentáveis, atuando sempre de maneira articulada em forma de cadeias, agregando vários tipos de segmentos, envolvendo as organizações não governamentais, governamentais e privadas. Ainda, para o mesmo autor, as características dessas instâncias acontecem, pois, elas criam seus próprios modos de resolver os problemas, de maneira auto - sustentável, geralmente através de cotas, as reuniões acontecem em locais emprestados.

²⁷ Ver Paiva & Monteiro (2000) para uma abordagem mais detalhada.

²⁸ Ver Paiva & Monteiro (2000) para uma análise mais detalhada.

3.2- Estrutura Organizacional do Pacto e suas características

Uma das propriedades mais marcantes do Pacto de Cooperação, para Paiva & Monteiro (2000), está na sua informalidade, ou seja, o Pacto de Cooperação foge à regra das instituições convencionais, destituindo - se de regras, hierarquias, normas e cargos, *"nele não existem cargos, existem encargos; não há competição, há respeito e complementaridade. Em vez de convites, abrem - se as portas das salas de reunião para todos, (...)"*(Rebouças et al, 1994, p.103). A outra característica marcante, ainda para os primeiros autores, está na sua multiocularidade, ou seja, acontece onde há pessoas e organizações que tenham vontade que aconteçam²⁹.

A finalidade crucial do Pacto de Cooperação é sua ação catalítica, esta é decorrente da sua própria informalidade, sendo a sua forma de sustentação, percebe - se que:

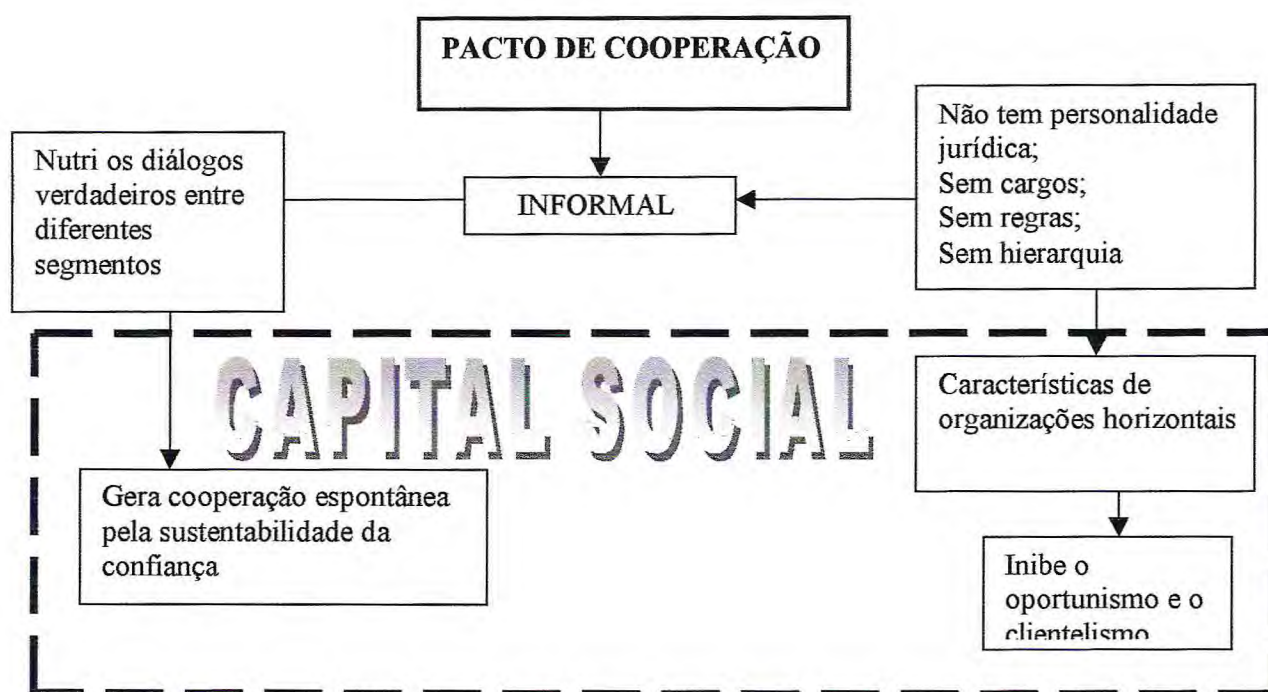
"Informalidade aqui não é sinônimo de desorganização, mas de sistema biológico que permite dinâmicas interativas fora da lógica usual. Neste aspecto, o êxito do Pacto está bastante ligado à acessibilidade. (...) a ausência de filtros para a participação nos encontros possibilita acesso ao Pacto por parte de qualquer cidadão do estado, do país e do mundo. Não há condição de membro e, portanto, a de não - membro. As pessoas não são do Pacto, elas o fazem; e isso sempre e quando lhes aprouver" (Paiva & Monteiro, 2000, p.52).

Essa autonomia e horizontalidade do Pacto, para Paiva & Monteiro (2000), é o instrumento que realmente possibilita a existência dos diálogos verdadeiros entre os mais diferentes segmentos. Desta forma, o Pacto de Cooperação como movimento desprovido de formalidade, hierarquia, regras e cargos é capaz de fortalecer, ainda mais, esses diálogos verdadeiros de cidadãos de origens diferentes e de funções diferentes. Para Amaral Filho (2000a), estes aspectos de horizontalidade são uma fonte importante que proporcionam a sustentação da confiança, alimentando a cooperação espontânea, criando assim, barreiras à ameaça do oportunismo e clientelismo.

²⁹ Ver Rebouças et al (1994), para uma análise mais detalhada.

Conforme Rebouças et al (1994), muitas vezes foram sugeridas a criação de uma estrutura administrativa básica para o Pacto de Cooperação, com intuito de pelo menos gerir alguns recursos essenciais ao seu funcionamento.

DIAGRAMA IV- Pacto de Cooperação e Fonte de Capital Social



Existem dois pretextos, segundo o autor acima citado, para não se criar essa estrutura administrativa para o Pacto de Cooperação, o primeiro deles seria, a real possibilidade de promover uma concorrência com entidades já existentes, provocando disputas nociva à harmonia entre todos os segmentos da sociedade e que, provavelmente, não conseguiria sustentar a confiança entre os agentes envolvidos. O segundo motivo está, intrinsecamente, relacionado com primeiro, pois com uma ausência de confiança não seria capaz de exercer a finalidade primordial do Pacto de Cooperação que é sua ação catalisadora.

Diante da preocupação em manter a informalidade do Pacto e por conseguinte sua ação catalisadora, tenta - se mostrar que os resultados concreto não são fruto de ações direta do Pacto, mas sim daqueles que o integram, ou seja:

As ações estimuladas por idéias nascidas ou desenvolvidas no ambiente do Pacto de Cooperação não têm, nem precisam ter, o selo de sua autoria. Vale mais creditá-las ao mérito dos cidadãos e dos governos através de seus órgãos públicos empresas, associações e entidades que colocam em prática nas respectivas área de atuação. (Rebouças et al., 1994, p. 46).

De acordo com Paiva & Monteiro (2000), quem agem de forma atuante sobre os desempenhos mensuráveis são aqueles que investem, constroem, produzem, realizam, do ponto de vista econômico ou social, ou seja, são os agentes que integram o pacto, como as organizações governamentais, não-governamentais e privadas. Então, os merecimentos são dos governantes, dos empresários, dos trabalhadores, dos parlamentares, das escolas e das universidades, etc.

Ainda, para os autores acima, os resultados obtidos pelo pacto ocorrem quando estes agentes estão preparados a sentarem juntos para conversarem e debaterem de forma participativa, as propostas de interesse à sociedade em geral e não de segmentos isolados, onde grande contribuição do Pacto ao desenvolvimento do Ceará acontece:

"(...) pelo o estímulo à construção de uma nova cultura, expressa na sua missão, crenças, valores, critérios para ação e visão de futuro. Seus resultados, portanto, devem ser avaliados de acordo com os avanços ou recuos em direção à construção dessa nova cultura"(Paiva & Monteiro, 2000, p.20).

Então, entende - se que a eficácia do pacto, está quando este consegue contribuir para acolher as pessoas chaves, agregando as organizações importantes, promovendo uma maior simplificação e aceleração no processo de comunicação, além de fomentar a cooperação entre os distintos agentes, ajudando a romper com os empecilhos impostos pelos preconceitos que afastavam as pessoas, grupos e organizações³⁰. Na realidade o papel Pacto não é o de substituir agentes no desempenho de seus papéis, mas. *"o que compete ao Pacto é uma ação catalítica junto a eles, aproximando – os, conectando – os, facilitando – lhes a comunicação, criando ambiência propícia à cooperação e à criatividade"* (Paiva & Monteiro, 2000, p.70).

³⁰ Ver Paiva & Monteiro (2000), para uma abordagem mais precisa.

Então, desse modo, entendemos que os resultados do Pacto de Cooperação se implantam no nível de aproximação e articulação entre os agentes econômicos, políticos e sociais, no nível de superação de preconceitos entre as pessoas-chaves, na velocidade dos processos de interação entre organizações relevantes e na medida de compartilhamento.

3.2.1- A virtualidade do Pacto ocorre nos cafés da manhã

O Café da Manhã, para Rebouças et al (1994), é uma idéia muito importante no reforço deste movimento, pois, desta forma consegue - se de forma ativa, reunir sempre as pessoas. São nos cafés que acontecem, semanalmente, às segunda-feira às 7h:30min, em um sala do Hotel Plaza Praia Suíte, os debates das propostas e planejamento para as ações futuras³¹. *“há uma mesa central e as cadeiras são postas em pilhas nas laterais do salão. Ao chegar, cada cidadão, independente de cargo ou função que ocupe na sociedade, pega a sua cadeira e a coloca no lugar em que se sente mais confortável. Desta forma a reunião evita privilégios de cabeceiras, democratizando a discussão”* (Rebouças et al, 1994, p.105).

A virtualidade do Pacto, para Paiva e Monteiro (2000), ocorre através dessas reuniões traduzidas pelos cafés da manhã, nesta ocasião, promovem - se uma ação de cidadania na criação de uma cultura de cooperação e da catalise. Nestes cafés, *“descobre – se que um completa o outro; que um pode oferecer ao outro aquilo que tem e pode receber aquilo que não possui”* (Paiva & Monteiro, 2000, p.46). Diante disso, percebe - se que essa forte integração social promovida pelo pacto no interesse de unir diferentes segmentos em prol do desenvolvimento, ocorre em virtude da facilidade de seu acesso, estando sempre aberto à participação de qualquer pessoa não havendo necessidade de convite formal, em que os participantes são proveniente das mais diversas áreas da sociedade³².

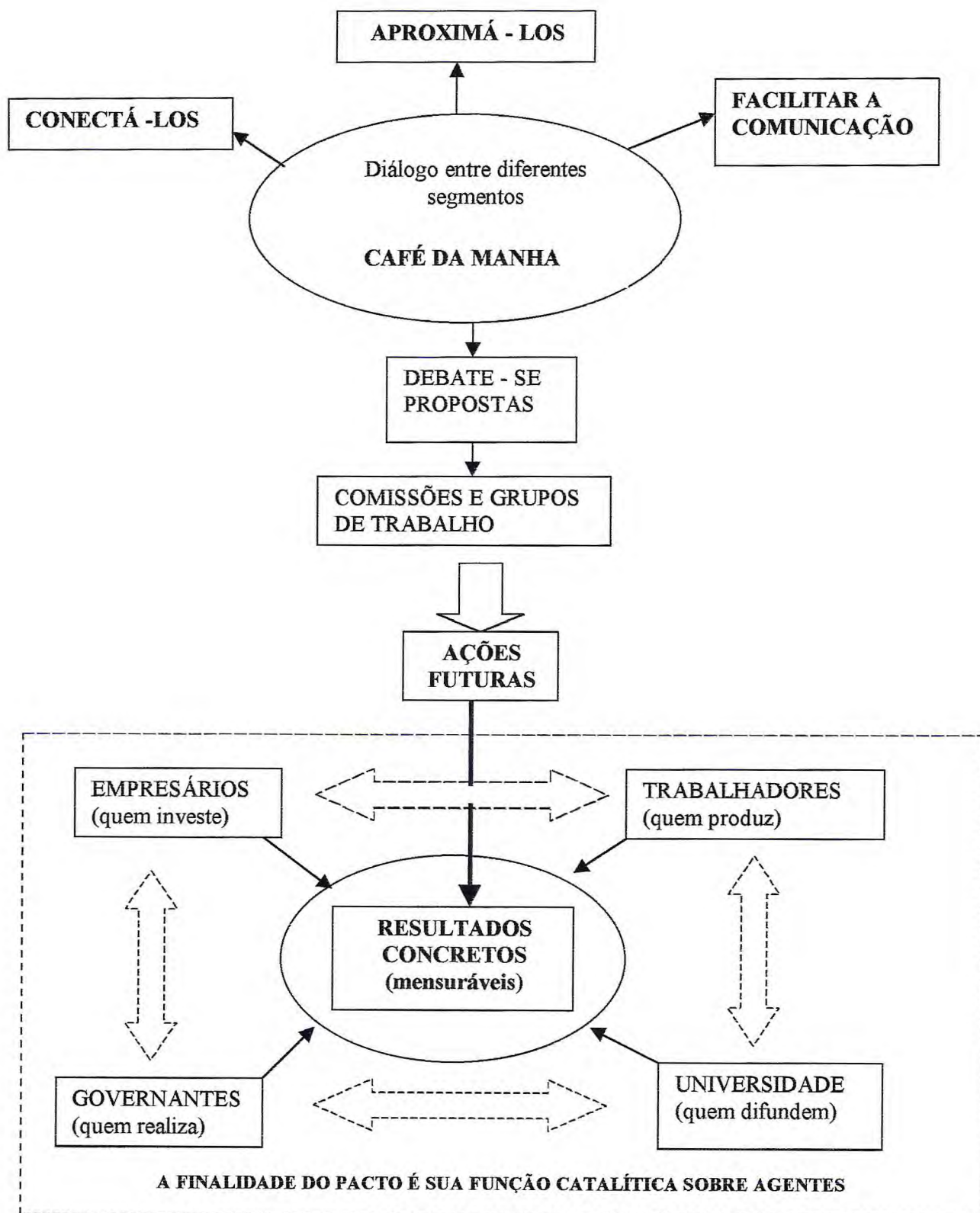
Nos cafés da manhã são debatidos e questionados vários temas e propostas de diversas áreas estratégicas para um desenvolvimento sócio-econômico local. Daí são formadas as comissões e grupos de trabalho³³, que programam as reuniões para discutirem e porem em prática as definições estratégicas, juntamente, com o governo e entidades relacionada às áreas envolvidas.

³¹ Observações feitas a partir da participação nos "cafés da manhã".

³² Ver Paiva & Monteiro (2000) para uma análise mais detalhada.

³³ Observações feitas a partir da participação em reuniões.

DIAGRAMA V - A finalidade do Pacto de Cooperação



3.2.2- O papel do pacto na sociedade

A crença do Pacto de Cooperação é um do grande diferencial para sua atuação, pois tenta enxergar todos os segmentos da sociedade de forma integrada, com uma visão sistêmica, isto é, a sociedade sustenta-se em um sistema de inter-relações. Nesta concepção para Rebouças et al (1994), o pacto desenvolve três linhas básicas de atuação:

A primeira delas no campo econômico, mediante ações em parceria que vem catalisando os elementos da sociedade cearense. Então, conclui - se que o Pacto analisa os setores e atividades com suas inter - relações, utilizando o conceito de cadeias sócio - econômicas.

Na esfera social de atuação do Pacto verifica - se quando nos cafés da manhã são debatidos os temas na busca de seu aperfeiçoamento ou melhoria, tais como: adequação e aperfeiçoamento da educação, esforço para consolidação de programas de emprego e renda, etc.

Já o papel político do Pacto de Cooperação, para Rebouças et al (1994), está na sua própria essência, através de suas ações em todos os segmentos sociais, estimulando o espírito de cidadania. Exercendo desta forma, sua natureza política apartidária, na medida que catalisa diferentes forças na busca de um desenvolvimento sustentável do ceará, e antes de tudo, independentemente, de suas posições ideológicas ou vínculos políticos - partidários.

Segundo Amaral Filho (2000a), o importante papel realizado pelo Pacto de Cooperação na economia local, acontece por duas razões: a primeira delas, na medida que contribui para uma diminuição dos custos do sistema, pois, ajuda a diminuir os atrito e conflitos, como os custos de transações e o grau de oportunismo e, o segundo motivo ocorre, pois colabora junto ao setor privado a disseminação de conceitos e métodos organizacionais para melhoria e maior eficácia.

3.3- As dificuldades que o Pacto encontrou para sua viabilização

De acordo com Rebouças et al (1994), não vem sendo simples ao pacto tentar transformar a cultura de uma região, principalmente, uma igual ao da sociedade cearense, que possui precária organização social. *"Nesse ambiente, lutar para implantar um movimento como o Pacto de Cooperação é remar contra a correnteza do conformismo"*(Rebouças et al, 1994, p.109). A concorrência que caracteriza nossas atividades, as exacerbações da competição, conforme Paiva & Monteiro (2000), dificulta a implantação de gestão moderna baseada na cooperação.

Segundo Rebouças et al (1994), um empecilho para a viabilização desse movimento, foi tentar agregar partidos distintos numa ação que, por ser de caráter coletivo, tem necessariamente natureza política, mas não partidário. Este autor, ainda comenta sobre outros entraves ao desempenho deste movimento, que está no preconceito das relações entre empresários e trabalhadores em sentarem à mesa juntos para debaterem questões de interesse de todos.

O pacto procura através dos debates encontrar uma solução plausível para um problema que infesta não somente o Estado do Ceará, mas também o país inteiro. Conforme Amaral Filho (2000a) por mais que se tenham concentrados esforços para alcançar um ritmo maior de crescimento, ainda há uma diferença nítida em relação aos indicadores sociais, que não vêm acompanhando este ritmo, permanecendo muito baixo. É preciso um maior empenho tanto do governo como da sociedade em geral para agirem de forma racional com o intuito de amenizar os reflexos dessa disparidades econômica e social.

3.4- Os resultados dos debates promovidos pelo Pacto de Cooperação³⁴

A partir da proposta do pacto de cooperação em unir diferentes segmentos com o objetivo de debater vários temas de interesse da sociedade como um todo, pode - se notar

alguns resultados surgidos através destes encontros promovidos pelo pacto. Conforme Rebouças et al (1994), um destes resultados nascido pelos debates promovidos por este movimento foi a política de flexibilização tributária adotada pelo Estado do Ceará, através de discussões entre o Governo estadual e os empresários, estas geradas pelo ambiente do Pacto de Cooperação, tal política têm dado resultados significativos. Para o mesmo autor, um dos setores beneficiados por tal medida foi o setor de avicultura, o Governo reduziu a alíquota de 17% para 3,4% e, logo a seguir, arrecadação do ICMS no setor mais do que duplicou.

Outro setor beneficiado foi da cultura algodoeira, através da criação do Programa de Revitalização da Cotonicultura Cearense (Pró-Algodão), outra vez fruto de discussões geradas no âmbito do Pacto de Cooperação. Conforme Rebouças (1994), com a manifestação do Pacto de Cooperação, tanto o setor produtivo como o Governo estadual escolheram a revitalização da cultura algodoeira como uma das prioridades máximas, tendo em vista, principalmente, o confronto da vocação com as oportunidades do setor algodoeiro e sua vantagem estratégica para o desenvolvimento do interior cearense.

O Pacto de Cooperação, também beneficiou o setor graniteiro, através dos debates ocorridos sobre este setor, promovendo à parceria entre empresários do referido setor e o Governo estadual, implantando nova tecnologia para aperfeiçoamento do produto. De acordo com Amaral Filho (2000a), os comerciantes do centro da capital de Fortaleza também foram favorecidos, nos debates realizados, dentro do pacto, que chegaram as conclusões para a elaboração do “*shopping centro*”, reformas dos calçadões do centro comercial (com contribuições dos lojistas), sonorização de todo o centro da cidade, reformas das praças.

3.5- O Pacto de Cooperação na promoção de Capital Social

De acordo com Rebouças et al (1994), os vários segmentos da sociedade têm sido estimulados, pelo Pacto de Cooperação, constituindo um clima de procura de soluções inovadoras e auto-sustentadas no altruísmo de pessoas empenhadas com o interesse público.

³⁴ Ver Rebouças et al (1994), para uma síntese mais detalhada.

Isso só está sendo possível, em virtude do rompimento de preconceitos, conscientizando as partes do valor dos diálogos entre empresários, trabalhadores, governantes.

Diante da idéia de unir diferentes promovida pelo Pacto de Cooperação introduz uma nova cultura no seio da sociedade cearense:

“A pluralidade introduz o germen de uma cultura nova, com o significado muito peculiar em uma sociedade caracterizada pela partição, pela separação, pela identificações grupais e pela dificuldade de reconhecimento das diferenças. As barreiras da aproximação, inclusive entre adversários, caem quando se cria uma ambiência como o Pacto, não para fomentar hegemonias, nem para estimular cooptações. Apenas para dar a chance ao opostos de poderem descobrir as suas unidades, seus ângulos tangentes e suas concomitância.” (Paiva & Monteiro, 2000, p.45)

Tentar mudar a mentalidade, a maneira de agir de um povo é uma tarefa árdua, mas para se alcançar um estado novo e moderno incorporado nas diretrizes que o Pacto de Cooperação traçou, a visão de futuro para o Ceará no ano 2020, tal mudança seria essencial, Rebouças et al (1994), analisa que se está implantando desta forma, uma nova filosofia, baseada na troca de idéia, de compartilhamento, de cooperação, inserindo na cultura cearense o surgimento de ações fundamentadas nos princípios do Capital Social.

Ao estimular o desenvolvimento de Capital Social na cultura cearense, estaria desenvolvendo o espírito de cidadania, sendo sustentado pela autoconfiança das pessoas e da sociedade. Portanto, o novo ambiente, estimulado pelo o acúmulo de Capital Social, vai se formando por meio de idéias e atitudes transparentes, na gestão pública eficaz e ética, na confiança entre as pessoas e entre organizações, incorporando nesta sociedade novos conceitos que são os da competitividade, parceria, complementaridade, compartilhamento e das visões sistêmica e de futuro, cadeias socioeconômicas, desenvolvimento sustentável, dentre outros.

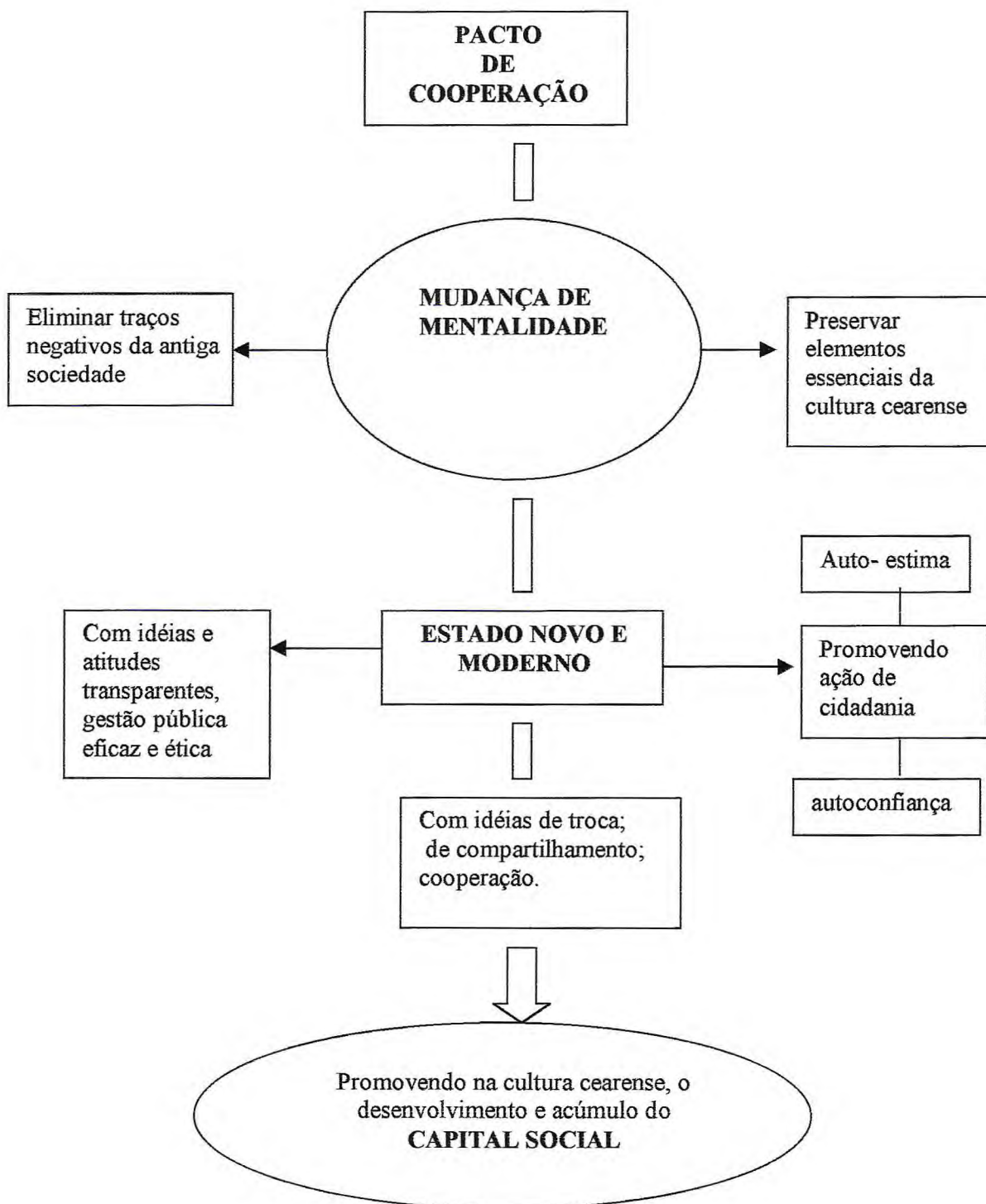
Para Rebouças et al (1994), todos esses entrelaçamentos destas novas condições começam a produzir novos valores relativos à cidadania, à ética, ao espírito cívico, aos problemas sociais, ao respeito à ecologia e ao pluralismo ideológico e partidário. No Pacto de Cooperação, ainda para o referido autor, essa mudança cultural é compreendida, na

necessidade de trocar experiências e realizar ações de parceria, numa interdependência baseada no respeito mútuo.

Para Rebouças et al (1994) esta força produzida pelo Pacto de Cooperação gerando novos costumes, desestimula a falsa esperteza, a oligarquia, o corporativismo, e incentiva a ação em conjunto criando não apenas bons resultados, mas favorecendo também outras formas de melhorias, gerando um clima mais previsível e harmonioso.

O processo de alteração estruturais envolvendo um sistema de parcerias, precisa de bastante tempo para se consolidar, pois é um ação tipicamente de longo prazo, onde as ações que se verifica no curto prazo são passos muito importantes para sua concretização, *"mirar o topo da escada é contemplar o longo prazo, subir cada degrau é uma ação de curto prazo"*(Rebouças et al., 1994, p.45).

DIAGRAMA VI - Mudança de mentalidade para alcançar um desenvolvimento



CONCLUSÃO

A resposta para indagação do estudo do desenvolvimento econômico, sobre as disparidades de crescimento de determinadas regiões, mesmo elas dispondo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, pode ser respondida através do consenso em torno da idéia de que é insuficiente considerar apenas os aspectos materiais, tangíveis, da vida econômica, leva - se, agora, em consideração aos aspectos da sociedade e de suas relações sociais, traduzidos pelo capital social.

O capital social, corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, beneficia a atuação do governo e da economia, em virtude do enriquecimento do tecido social de um certo lugar. Conclui -se que o território, mais que simples alicerce físico para as relações entre indivíduos, empresas e Estado, possui uma textura social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de suas propriedades naturais.

Em sociedades onde a confiança é generalizada, proporciona ao governo uma gestão macroeconômica mais dinâmica e competente. Nessa conjuntura, percebe - se a afinidade entre qualidade das políticas públicas e instituições governamentais com o crescimento econômico, coligadas aos valores cívicos de uma sociedade e a qualidade de seu governo. Construir estas novas instituições propícias ao desenvolvimento consiste, antes de tudo, em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em gerar o crescimento desta ou daquela atividade econômica.

No caso do Estado do Ceará, as reformas que ocorreram não apenas no âmbito das políticas públicas, mas também com relação aos meios que integram o aparelho social, mudaram a cultura política e suas ações, rompendo com um paradigma baseado em ações ultrapassadas de caráter clientenlista para um sistema com influências de caráter racional e burocrático.

Pode - se dizer que, o capital social foi importante para a economia local pois proporcionou um novo regime de crescimento econômico à medida que coordenou as decisões dos agentes e o monitoramento das ações públicas, sustentando dessa forma, esse crescimento. O acúmulo e desenvolvimento do capital social no Ceará vem sendo favorecido por um ambiente propício, proporcionado, principalmente pelo Pacto de Cooperação, pois buscou um maior nível de aproximação e articulação entre os agentes econômicos, políticos e sociais, no nível de superação de preconceitos entre pessoas chaves.

A conclusão que podemos tirar é que o processo em que se fortalece a afinidades social permite construir em volta da valorização das regiões uma sociedade com princípios e objetivos. A importância dessa análise é mostrar que uma clima de cooperação entre os segmentos da sociedade, de complementaridade, interessados em agir para o desenvolvimento do seu povo, com a melhoria de vida numa certa região – é um dos alicerces mais eficientes para o processo de desenvolvimento.

PAIVA, Flávio & MONTEIRO, J.de Paula. **Os cinco elementos – A essência da gestão compartilhada no Pacto de Cooperação do Ceará.** Rio de Janeiro, Qualitymark, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro, FGV, 1996.

REBOUÇAS, Osmundo, et al. **Gestão compartilhada – O Pacto de Cooperação do Ceará.** Rio de Janeiro, Qualitymark Editora, 1994.

SOUSA FILHO (a), Jorge R. de. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação.** Disponível na internet via [WWW.URL:http://capitalsocial.cjb.net](http://capitalsocial.cjb.net). Paper capturado em 20/06/2000.

_____ (b). **Cooperação e participação: novas formas de gestão pública para o desenvolvimento regional.** Disponível na internet via [WWW.URL:http://capitalsocial.cjb.net](http://capitalsocial.cjb.net). Paper capturado em 20/06/2000.

BIBLIOGRAFIA

ABROMOVAY, Ricardo. **O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada- Vol.4, n.º2: 379-397, abril/junho, 2000.

_____. **A formação do Capital Social para o desenvolvimento sustentável**. Disponível na internet via [WWW.URL:http://:capitalsocial.cjb.net](http://www.capitalsocial.cjb.net). (II Fórum Contag de cooperação técnica. São Luiz, 1998).

ALBUQUERQUE, J.Lindomar C.. **Pacto de cooperação do Ceará: Estudo da dinâmica política e econômica na relação empresários e estado**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 1997, 67p. (Monografia, Bacharelado em Ciências Sociais).

AMARAL FILHO, Jair do. Capital Social e desenvolvimento local no Ceará. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 26 nov. 2001, p.09.

_____. **Desenvolvimento local e descentralização na América latina: o caso do Estado do Ceará, Brasil**. Santiago, Chile,Cepal/GTZ, 2000.

_____. **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza, Editora INESP, 2000.

BOTELHO, Demartone C.. **Ajuste Fiscal e reforma do estado: o caso do Ceará 1987 a 1991**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 1994, 144p. (Dissertação de Mestrado em Economia).

MONASTÉRIO (a), Leonardo M.. **Capital Social e crescimento econômico: Mecanismo**. Disponível na internet via [WWW.URL:http://:capitalsocial.cjb.net](http://www.capitalsocial.cjb.net). (VI Encontro Regional de Economia BNB/ANPEC. Fortaleza –CE; julho/2000).

_____. (b). **Capital Social e economia antecedentes e perspectivas**. Disponível na internet via [WWW.URL:http://:capitalsocial.cjb.net](http://www.capitalsocial.cjb.net). (V Encontro de Economia Política em Fortaleza – CE, junho/2000).

_____. **Capital Social e grupo de interesse. Uma reflexão na âmbito da economia regional**. Disponível na internet via [WWW.URL:http://:capitalsocial.cjb.net](http://www.capitalsocial.cjb.net). (XXVII Encontro da Associação Nacional de Pós - Graduação em Economia. Belém -PA, 1999).

O PACTO EM LIVRO. **Revista Economia e Mais**. n.º 46, p.7, ano IV, Dez/2000.

O PACTO DE COOPERAÇÃO. **Revista Comércio**. n.º 14, p.12, Ano II, Junho-Julho/2000.

PACTO DE COOPERAÇÃO. Disponível na internet via www.pacto.com.br